



O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A ECONOMIA SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO DE UMA COOPERATIVA

José Paulo Fagundes
Lisandra Zorzella Fagundes

RESUMO

O sucesso de um empreendimento solidário causou curiosidade e levou pesquisadores a investigar uma cooperativa localizada em três municípios pobres do norte da Bahia. A Coopercuc, uma cooperativa agropecuária, criada a partir da ação de três freiras com o objetivo de emancipar a mulher sertaneja e criar condições de sobrevivência para suas famílias apresenta hoje contornos de empresa de sucesso. Em uma pesquisa realizada através de vivência e aplicação de questionários os pesquisadores puderam verificar que os associados mudaram suas vidas pela renda e pela liberdade conquistada através da emancipação dos cooperados frente as dificuldades e a dominação social que a fome lhes impunha. Descobriu-se que o resultado do empreendimento tem sucesso respaldado nos *saberes locais* e na força da associação e da gestão compartilhada. A utilização de fórmulas locais de confecção de doces e geleias aproveitando o que a seca lhes proporciona faz da Coopercuc um sucesso comercial, social e ambiental.

Palavras-Chaves: Cooperativas; Desenvolvimento Local; Sustentabilidade; Economia.



1. INTRODUÇÃO

As múltiplas crises do capitalismo globalizado, desde o final da década de 1970 até o início do século XXI, descortinam a impossibilidade das políticas macroestruturais em resolver as diferenças na distribuição de investimentos produtivos por todas as regiões.

O desenvolvimento econômico buscado por políticas nacionais do tipo: “deixar crescer o bolo para depois fatiá-lo¹”, não possibilitaram a retirada de brasileiros do estado de pobreza. Pelo contrário, durante o período conhecido na literatura da economia clássica como Milagre Econômico, mostrou-se concentrador de renda e investimentos nas regiões Sul e Sudeste. Os resultados nos mostraram, ao longo da década de 1990, que investimentos feitos de forma globalizada não alcançam as localidades ou territórios mais distantes dos grandes centros dinâmicos².

É sabido que os projetos de desenvolvimento econômico foram concebidos de cima para baixo com base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais sem a participação das comunidades afetadas por essas políticas. Os planos de desenvolvimento tradicionalmente se centravam na aceleração do crescimento econômico.

A fragilidade e a inconsistência teórica das abordagens macroestruturais implicaram na revisão dos conceitos e críticas as concepções clássicas, surgindo assim o conceito de desenvolvimento local que, pode ser entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições para transformar a economia e a sociedade (JESUS, 2003 e SACHS, 2004). Diversas dimensões passam então a ser incorporadas ao conceito. Fagundes (2010) argumenta que nessa perspectiva o desenvolvimento é percebido como moderador das vocações locais para além da mensuração econômica.

Desta forma o novo olhar sobre os conceitos de desenvolvimento é uma mudança nas referências teóricas as quais traziam uma abordagem estruturalista e economicista. As referências baseadas em contextos macroeconômicos de intervenção do Estado são gradativamente substituídas por uma referência baseada no ator, ou no agente de promoção do desenvolvimento. Trata-se de um processo endogenamente construído, baseado nas

¹ Frase atribuída ao ministro da economia Antônio Delfin Neto (1969-1974);

² O processo de desenvolvimento pode resultar de iniciativas endógenas ou exógenas. As teorias clássicas ou tradicionais destacam a presença de uma força motriz de caráter exógeno, que influenciam as demais atividades econômicas por meio de encadeamentos, mais conhecido como paradigma “centro-abaixo”, pois essas forças impulsoras advêm das regiões centrais. Há três teorias que podem ser enquadradas nesta definição: a Teoria da Base de Exportação, a Teoria da Difusão e a Teoria do Pólo de Crescimento. Para maiores informações buscar em (LIMA; OLIVEIRA, 2003)



condições e recursos locais orientados de baixo para cima.

O conceito de local compreende a constituição do tecido social em que permeiam as relações entre os atores. O local passa a ser considerado, então, como uma forma social que constitui um nível de integração das ações e atores, dos grupos e das trocas. Essa forma é caracterizada pela relação privilegiada com um lugar, que varia em sua intensidade e em seu conteúdo (FIÚZA, 2005).

Segundo Fagundes (2010), o desenvolvimento local é o que apresenta maiores possibilidades de tornar sustentável, qualquer atividade, no longo prazo. A sustentabilidade dos projetos locais são, também, os que apresentam maior dinamismo na distribuição da renda entre os atores dessa atividade em maior sinergia com as outras atividades no entorno.

Os projetos sustentáveis privilegiam os “saberes locais”, despertam o conhecimento, valorizam a cultura e aproximam as comunidades da natureza. Seja pela atividade industrial, pela atividade agrícola ou pelos serviços; a dinâmica de geração de emprego e renda leva em consideração o relacionamento entre cultura, meio-ambiente e sociedade.

Com essa perspectiva a COOPERCUC, como é chamada a cooperativa agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá, se desenvolveu dentro da comunidade se apropriando dos conhecimentos acerca das frutas nativas e do regime de coleta. Privilegiou as receitas locais que à décadas a mulher sertaneja utiliza para o consumo familiar. Aproximou as comunidades com dificuldades semelhantes, como a seca e a pobreza extrema. Utilizando-se dos potenciais locais possibilitou a geração de renda, emprego e foi mais além, resgatou a dignidade dos desvalidos tornando-os associados de um empreendimento onde os mesmo são donos do próprio destino.

A COOPERCUC está situada no norte baiano próximo a cidade de Juazeiro e distante, aproximadamente, 400km de Salvador. Localizada no Sertão nordestino. A região apresenta um dos menores IDH³ do Brasil e uma das menores rendas *per capita* da Bahia. O solo árido e o precário regime de chuvas, típicos da Caatinga, tornam ainda mais difícil a vida para as comunidades que dependem de cisternas para armazenar água.

Contrária a todo o pessimismo e a crueldade do sertão árido, a cooperativa buscou no sequeiro, região distante da água chamada fundo de pasto, a riqueza dessa terra. [...] *A natureza criou e lá deixou*⁴[...] o fruto que é capaz de armazenar água nos períodos mais

³ Índice de Desenvolvimento Humano

⁴ Literatura de Cordel: “A Arte Do Meu Povo; Marialvo Barreto; Se Umbuzeiro Falasse...



secos do ano: O Umbu, ou Ymb-u como era chamado pelos índios Tupi Guarani, ou “árvore que dá de beber”. Com enorme capacidade de armazenamento em suas raízes o Umbu resiste as mais cruéis secas e intempéries. Abastece as comunidades de frutos entre os meses de dezembro a abril.

A coleta do Umbu de forma sustentável e a utilização de uma fruta nativa para produzir doces que são vendidos até mesmo para países da Europa tornam a cooperativa uma alternativa de renda viável e responsável para as comunidades de Canudos, Curaçá e Uauá.

Com 204 associados e, aproximadamente 450 pessoas dependentes diretamente, a cooperativa instalada em Uauá com uma unidade de beneficiamento central, atende a diversas comunidades: Sítio do Tomaz e Mandacaru em Canudos; Marruá, serra do Besta, Caldeirão dos Almeidas, Testa Branca, Lajes dos Aroeiras, Disterro, Caititus, Cocobocó em Uauá e, Patamuté, Cachaquí, Caladinho, Serra Conde e Brandão em Curaçá, onde mini usinas de beneficiamento coletam e preparam a matéria prima dos doces.

A evolução da produção da Coopercuc levou a cooperativa a processar, 200 toneladas de frutas (além do Umbu, a Goiaba, a Banana, o Maracujá) e colocá-las nos mais diversos pontos de vendas do país e do exterior. O seu maior comprador é o Governo Federal. Cerca de cinquenta por cento é comprado pela CONAB⁵ através do programa de aquisição de alimentos (PAA)⁶ para merenda escolar. Nesse programa são atendidos mais de 18 municípios e, aproximadamente 87 mil alunos de escolas públicas do sertão baiano. Vinte e cinco por cento são exportados, outros vinte e cinco são vendidos em feiras e supermercados de São Paulo, Juazeiro, Petrolina e Salvador.

Este trabalho faz parte da dissertação de Zorzella(2010) que pesquisou a condição dos associados e o desenvolvimento da cooperativa dentro de um espaço geográfico. O objetivo foi verificar se o movimento associativo é capaz de promover o desenvolvimento sustentável e influenciar a dinâmica da economia local.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No pensamento de Sanches de Puerta (1996 *apud* Fagundes, 2010b), a conceituação de desenvolvimento é uma tarefa difícil em função da complexidade dos elementos que nos

⁵ CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa.

⁶ O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), também conhecido como Compra Direta, prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e a sua doação as entidades socioassistencias que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.



remete as noções carregadas de perspectivas naturalizadas, como mudança, progresso, crescimento, enfim, traz uma ideia intrínseca de que desenvolvimento gera mudança, e que essa mudança parte de uma condição de precariedade para uma condição de melhoria social.

Fagundes (2010) classifica, como principais, três concepções de desenvolvimento: a primeira onde desenvolvimento é concebido como evolução, usada para expressar o movimento histórico e linear de avanço da humanidade; a segunda em que o desenvolvimento é caracterizado como crescimento econômico; e na terceira o desenvolvimento é visto como um mito.

2.1. Desenvolvimento Sustentável

A dificuldade em definir desenvolvimento sustentável é resultado da sua própria ambiguidade. A tentativa de uma definição genérica esbarra na diferença de entendimento do que seja desenvolvimento. Segundo Almeida (2001), as definições variam conforme os objetivos dos agentes do desenvolvimento.

De acordo com Acsehrad (1993) e Redcliff (1995) *apud* Bruseke (1995), duas são as linhas de definição sobre sustentabilidade. A primeira seria a manutenção do desenvolvimento econômico com certa preservação ambiental e melhoria social. A natureza passa, então, a ser capital que necessita ser conservado, precificado e contabilizado como custo na produção. Esse fato representa uma franca evolução da teoria Neoclássica, que considera as externalidades falhas de mercado que fazem com que determinados efeitos de atividades econômicas não sejam contabilizados no processo de transação. E a segunda que trata das limitações da economia pela escassez da natureza, considerando o desenvolvimento incoerente com a preservação.

Muitas vezes, desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende. Desses recursos depende não só a existência humana e a diversidade biológica, como o próprio crescimento econômico (MARTINS; PASSADOR, 2009).

Outra corrente, segundo Leff (2000), sugere uma nova teoria de desenvolvimento baseada nos valores do ambientalismo. Embora limitado pelos conceitos e paradigmas racionais do sistema econômico, esse novo modelo internalizaria custos ambientais e



adotaria indicadores de sustentabilidade sobre os recursos naturais.

[...] o ecodesenvolvimento traz em seu prefixo mais que uma nova dimensão do desenvolvimento, traz uma refundamentação do desenvolvimento: as externalidades da racionalidade econômica, a destruição das condições ecológicas da produção é colocada em perspectiva histórica. O ambiente emerge como um conjunto de **princípios societários [grifo nosso]** e como um novo potencial de desenvolvimento fundamentado em novas condições culturais e tecnológicas, (Leff, 1998, p. 165).

Inacy Sachs (2004) trata o desenvolvimento sustentável em duas polaridades: uma em que há injustiça social e outra em que há ameaça ao desenvolvimento pela deterioração ambiental. Sob esses pilares, constroem-se os diversos conceitos de desenvolvimento sustentável. Ainda, segundo Sachs, o desenvolvimento sustentável traça suas diretrizes sob a égide da manutenção das gerações presentes e das futuras. Defende o autor a adoção de critérios de viabilidade econômica, social e ambiental em todas as ações da sociedade.

Apesar da ampla discussão, ainda não há consenso sobre o conceito de desenvolvimento sustentável; entretanto, esse artigo utiliza como definição a mais freqüente: “atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras” (World Commission on Environment Development, 2015 (a) (b)).

2.2. Desenvolvimento Local

Nesta perspectiva, a promoção do desenvolvimento é orientada pelas necessidades e vontades dos atores locais. A observância das potencialidades de cada região ou território pretende articular inovações que promovam ações coletivas de melhoria na renda e nas condições de bem estar. Fator determinante para criar condições de liberdade para as comunidades.

Segundo Buarque (2002), o desenvolvimento local, é entendido como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.

Ávila (2000) afirma que um processo de desenvolvimento local pode ser percebido quando determinada comunidade desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das condições que lhe são inerentes, melhorando sua qualidade de vida a partir da internalização comunitária, associadas ou não, a



participações efetivas de quaisquer atores externos.

O desenvolvimento local deve ser visto como um diálogo contínuo de busca para resolução de problemas a partir de política de participação e envolvimento social. Brose (1999) ressalta esse mesmo aspecto dizendo que o desenvolvimento local depende principalmente das lideranças da comunidade e do envolvimento dos atores sociais. Segundo Santos e Rodríguez (2002), o ator principal do processo de construção coletiva do desenvolvimento é a sociedade civil que cria um potencial para que o efeito econômico dessas experiências chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão social.

A construção do desenvolvimento local é fruto da participação efetiva da comunidade, cuja centralidade está no ser humano como sujeito, com as mais diversas possibilidades de realização quanto à forma, organização, mas tem na cooperação um princípio fundamental. Na relação entre cooperação e desenvolvimento local, as organizações cooperativas são fenômenos que nascem da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento pela instrumentalização, na busca de objetivos e resultados comuns (FRANTZ, 2003).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O caso estudado neste trabalho foi escolhido, devido ao fato desta cooperativa ser acessível aos pesquisadores, que buscaram uma aproximação do ambiente onde ocorriam os fenômenos. Segundo Yin (2001) em um estudo exploratório a profundidade das investigações pode determinar a possibilidade de se fazer inferências ou descobrir outras questões, variáveis ou elementos a respeito do assunto estudado que podem ser exploradas em outras pesquisas.

A seleção dos sujeitos da pesquisa foi feita pelo método não probabilístico com amostragem por conveniência, a qual se caracteriza pelo fato de a seleção dos elementos da população depender, em parte, do julgamento dos pesquisadores, que selecionam membros mais acessíveis, tendo em vista a escassez de tempo, de recursos financeiros, materiais e pessoas. (SELLTIZ, 1987).

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, e, quanto aos meios de investigação, trata-se de estudo de caso. O universo considerado desta pesquisa corresponde aos 204 (duzentos e quatro) cooperados - na maioria mulheres. A amostra utilizada nesse estudo é do tipo não probabilístico, portanto, como observado anteriormente



definida pelo critério de acessibilidade, sendo composta por cooperados das comunidades de Caititu, Caldeirão dos Almeida, Marruá e a sede Uauá; representando 142 cooperados (69,61% do universo) de cooperados.

Nesta pesquisa que é de caráter quantitativo, optou-se pelo uso de perguntas semipadronizadas e fechadas, aplicado mediante entrevistas pessoais e institucionais, diretas. O questionário foi dividido em três pilares: o primeiro com perguntas que buscavam identificar os cooperados, suas origens e experiências; o segundo com interesse em sua evolução quanto ao bem estar e patrimônio e, o terceiro sobre sua percepção enquanto cidadão e agente de transformação.

Os dados depois de coletados foram tabulados com a utilização da Planilha Eletrônica simples. Esta tabulação serviu de base para a criação de gráficos e tabelas para análise dos resultados da pesquisa. Os dados foram obtidos mediante a técnica de levantamento primário e utilização de estatísticas anteriores (secundário), quando necessário.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A formação da cooperativa buscou essencialmente gerar renda e autonomia a mulher sertaneja⁷. Ainda, hoje, a cooperativa mantém uma maioria de mulheres⁸ e os mesmos princípios: à inserção da mulher no mercado de trabalho e a severa observância das suas necessidades e dificuldades. A maioria das cooperadas (da amostra; 41,55%) eram agricultoras familiares das regiões de sequeiro, 31,69% trabalhavam nas grandes propriedades produtoras de frutas e outra(o)s 38 cooperada(o)s dividiam suas atividades em serviços domésticos, trabalhos manuais e pequenos comércios.

O gráfico 1, mostra que houve uma considerável elevação na renda dos cooperados. Essa afirmativa tem como lastro as respostas às questões da pesquisa sobre o **Bem estar e patrimônio [grifo nosso]** da(o)s cooperada(o)s após a cooperativa. Sobre a percepção da renda atual em referência aos ganhos passados em uma escala crescente de 10% a 40%, percebe-se que 43,66% acredita ter aumento na renda em, aproximadamente, 30%; 30,99% crê em aumentos de 20%; 40% da(o)s cooperada(o)s percebeu 14,08%; e, 10% os restantes 11,27% que, na sua maioria estavam a pouco na cooperativa.

⁷ A cooperativa (COOPERCUC) foi fundada por freiras (1980) com objetivo de gerar renda a mulher sertaneja (100% das cooperadas) e dar autonomia as suas famílias. Sobre a formação da cooperuc ver em : <<http://www.coopercuc.com.br/quem-somos/nossa-historia/>>

⁸ 67,65% do total ou 138 mulheres.

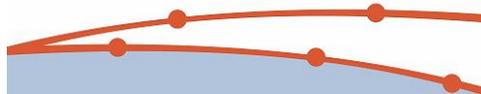
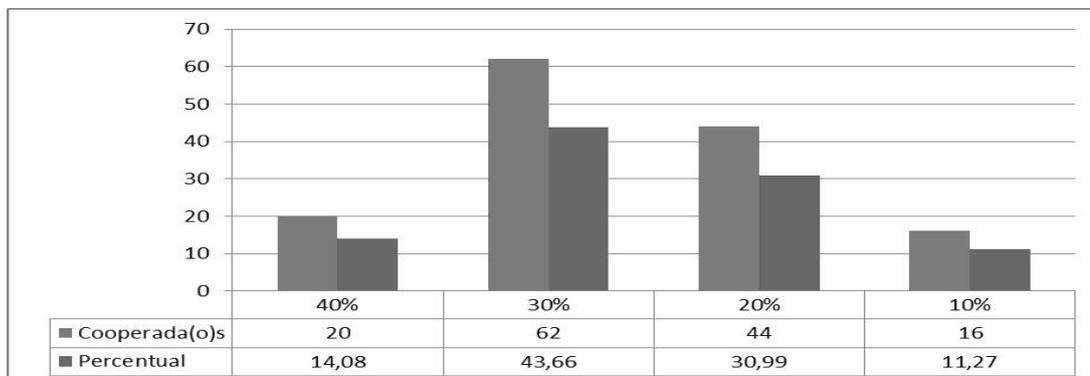


Gráfico 1: Aumento de renda dos Cooperados



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Seguindo a lógica do aumento de renda que a cooperativa proporcionou a(o)s cooperada(o)s e suas famílias⁹, a pesquisa levantou a condição de bem estar da(o)s associada(o)s pelas aquisições de bens de consumo e bens duráveis. Cabe ressaltar que, até mais importante que o aumento de renda é a regularidade que é proporcionada, uma vez que as rendas anteriores eram de serviços sazonais em período de plantio e colheita.

O gráfico 2 revela que o televisor (74,65%) e o refrigerador novo e mais espaçoso (67,61%) foram às vedetes das aquisições. A antena parabólica (62,68%) e a reforma e ampliação da casa (54,93%) seguem como necessidades satisfeitas. Amplamente justificados não constam como aquisições o telefone celular e computadores pela inexistência de sinal de celular ou internet. O carro, embora, adquirido pelos cooperados não entrou na pesquisa pois teve função de transporte para a produção. Porém a moto representou o desejo mais caro atendido pelos mais jovens (40,85%). Aqueles que responderam não ter adquirido bens são associados novos com pouco tempo de cooperativa.

⁹ há aproximadamente 450 dependentes diretos

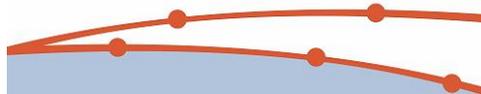
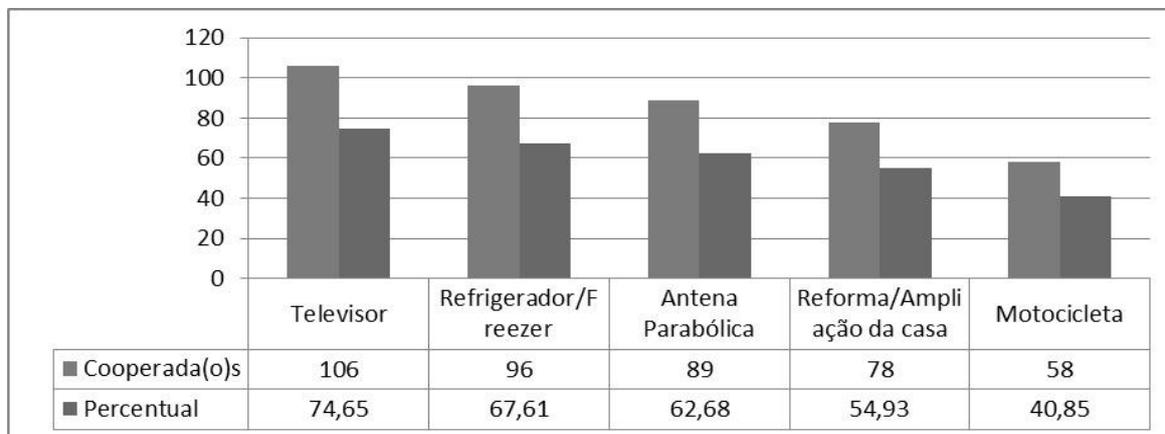


Gráfico 2: Aquisições e melhoria na qualidade de vida



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

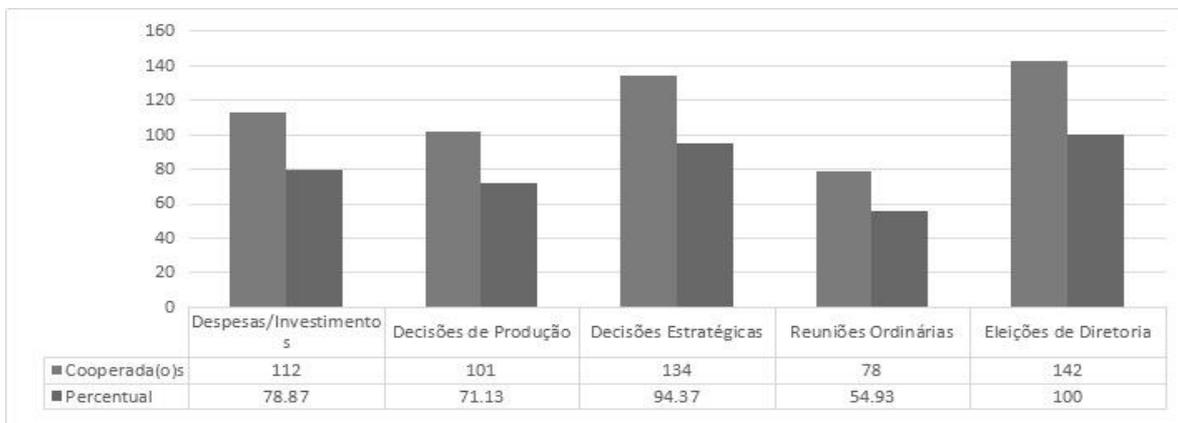
A pesquisa buscou identificar a qualidade das relações entre cooperada(o) e cooperativa afim de captar a **percepção enquanto cidadão e agente de transformação [grifo nosso]**. Durante a aplicação dos questionários verificou-se que 100% dos cooperados entendem os princípios do cooperativismo e tinham bom conhecimento da trajetória da cooperativa. Conheciam, também, a missão e a visão da cooperativa e sua relação com a sociedade e os outros projetos cooperativos.

A participação dos cooperados nas reuniões é outro sinal da qualidade nas relações entre cooperada(o)s e cooperativa. Observou-se que 72,54% dos associados frequentam mais de 50% das reuniões ordinárias e/ou extraordinárias (no ano), sendo 54,23% dessa participação em ações voluntárias.

O gráfico 3 mostra que os cooperados tem participação democrática nas decisões dos destinos da cooperativa. Nas atividades que decidem despesas e investimentos os cooperados (78,87%) dizem ter participado ativamente. Quando o tema foi a decisão de produção: como produzir, o que produzir e como vender, 71,13% afirmaram ter participado de forma ampla e democrática. Quando o tema é participação nas decisões estratégicas, reuniões ordinárias e eleições de dirigentes fica claro a importância da cooperativa na formação do cidadão e na construção das oportunidades para essa e futuras gerações.



Gráfico 3: Participação e decisão.



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Outro aspecto que revela o bom entendimento dos princípios cooperativos desenvolvidos na cooperativa são as respostas quanto a administração. Quando perguntada(o): - sobre qual deve ser o papel do administrador da cooperativa; - se ele deve ter benefícios e, - se a cooperativa deve ter colaboradores “de fora”.

Os resultados traduzem o grau de maturidade dos associados. Para 100% dos cooperados o administrador deve buscar atender o interesse dos cooperados e afirmam que não tolerariam benefícios para os diretores. Ainda, sobre os benefícios, todos entendem que o cargo de presidente, por exemplo, é temporário.

Quanto a contratar profissionais “de fora”, 73,94% acreditam que sim. Seria, na opinião de 105 cooperados, mais uma forma de enfrentar os desafios de crescer com conhecimento e responsabilidade. Entretanto, 37 cooperados crêem que a cooperativa deva formar “seu pessoal” para administrar a cooperativa que se espera para o futuro. Utilizam, como exemplo, a formação dos grupos das mini usinas de beneficiamento nas comunidades que capacitaram os cooperados nos processos industriais para fabricação dos doces.

O conhecimento através da capacitação é uma constante entre os cooperados que não descuidam dos processos e da qualidade exigida pela fábrica-sede em Uauá; e, das exigências dos mercados e das certificadoras, fato esse amplamente conhecido pelos cooperados.

5. CONCLUSÃO

As dificuldades enfrentadas pela mulher sertaneja no ambiente árido e inóspito que impõe toda sorte de entraves a sobrevivência não pode ser reparada por políticas públicas e



por sucessivos governos centralizadores. Entretanto, a ação de alguns agentes privados, respeitando e entendendo a convivência com a natureza em associação solidária como é a Coopercuc pode proporcionar melhoras consideráveis a sua população.

Portanto, é mister entender o desenvolvimento local sustentável como ferramenta para alcançar todas as liberdades e promover, através do envolvimento de todos, um crescimento contínuo que pode perfeitamente ser classificado como desenvolvimento das competências e potencialidades.

No caso da Coopercuc resta claro que o aproveitamento do *saber local* associado a iniciativa de empreendedores solidários apresenta resultados muito superiores as políticas públicas de Estado direcionados a região nas três últimas décadas.

O estudo em questão comprova e provoca mais profundidade nos desdobramentos do desenvolvimento local sustentável utilizando as ações cooperativas como ferramenta para atingir, não só maiores rendimentos, mas atingir melhores condições de desenvolvimento: cultural, social e econômico.

6. REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Jalcione. **A problemática do desenvolvimento sustentável**. Desenvolvimento Sustentável: Necessidade ou Possibilidade. 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p. 17-26.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local**. INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo GrandeMS: UCDB/PMDL, v. 1, n. 1, set., 2000a., p. 68

BROSE, M. Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. Santa Cruz do Sul, UDUNISC, 1999.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

BUARQUE, Sergio Cavalcante. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

FAGUNDES, J. P. Desenvolvimento Sustentável: A teoria da emergência como indicador de sustentabilidade. Resultados preliminares de uma pesquisa XI SEPA, Juazeiro-BA, agosto de 2010.

FIÚZA, Washington. **Cooperativismo de Crédito como agente de Desenvolvimento Local**. São Paulo, Siscoobcred, 2005.



FRANTZ, Walter. Caminhos para o desenvolvimento pelo cooperativismo. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2003.

JESUS, Paulo de. Desenvolvimento local. In: CATTANI, Antonio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 72-75.

LEFF, Enrique. Ignacy Sachs y el ecodesarrollo. In: VIEIRA, Paulo Freire; RIBEIRO, Maurício Andrés; FRANCO, Roberto Messias; CORDEIRO, Renato Caporali (Org.). **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs**. Florianópolis: Palotti/APED, 1998.

LEFF, Enrique. **La complejidad ambiental**. México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA, 2000. (Colección Aprender a Aprender)

LIMA, José Edmilson de Souza; OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional**. Revista da FAE, Curitiba, v.6, n.1, p. 29-37, maio/dez. 2003.

MARTINS, M.M. PASSADOR, C.S. O papel da organização cooperativa no desenvolvimento de uma região: Um estudo de caso de uma cooperativa de pequenos produtores de São Paulo. 47 SOBER, Porto Alegre - RS, julho de 2009. **Anais...**(em CD-ROM)

WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT DEVELOPMENT. In: Declaração de Estocolmo – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Estocolmo:UNEP, 1972. 6p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 23 julho de 2015 (a).

WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT DEVELOPMENT. In: Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento – Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: UNEP, 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=576>>. Acesso em: 15 julho de 2015 (b).

SACHS, Inacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS B. de S. RODRIGUEZ, C. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. de S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S.; KIDDER, L. Uma introdução à amostragem, in *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Vol. 1 – Delineamentos de pesquisa. São Paulo: EPU – Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1987, pp.81-104

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 4º Reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZORZELLA, L. S. **Coopercuc: estudo de caso para o desenvolvimento sustentável**. 2010. Monografia (Bacharelado em Economia) – FACAPE, Petrolina, 2010.

2019

IX Seminário Internacional sobre
Desenvolvimento regional

**Processos, Políticas
e Transformações
Territoriais**

Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil
Das 11, 12 e 13 de setembro de 2019
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul

